



SINASEFE

Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica | CEA/CSP-CONLUTAS | Março/2017 | Edição nº 05



A nossa luta contra o machismo é todo dia!

Nesta edição do nosso informativo, lançada na semana do Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, trazemos uma coletânea com perfis e entrevistas com as dez diretoras do nosso sindicato nacional, que falam um pouco sobre suas trajetórias pessoais, suas atuações no movimento sindical e em suas vidas profissionais, expondo os obstáculos que enfrentaram por conta do machismo e as formas de superá-los que elas buscaram. *Confira nas páginas 7 a 13*



Conjuntura

A análise conjuntural deste informativo aborda o ajuste fiscal e a Reforma da Previdência de Temer, focalizando os resultados desses ataques, principalmente, contra as mulheres. *Leia nas páginas 3 a 6*

31º CONSINASEFE

O 31º Congresso do SINASEFE será realizado de 18 a 21 de maio, em Salvador-BA, tendo como temário "Nenhum direito a menos: por uma educação libertadora e emancipadora". *Saiba mais na página 14*



Neste mês de março, o Informativo SINASEFE está dedicado à histórica e transformadora luta das mulheres.

ESTA EDIÇÃO vem apresentar aos leitores uma análise conjuntural elaborada pela militante feminista do Sinasefe IFSC, Elenira Vilela. Em sua análise, a lutadora avalia elementos como o ajuste fiscal, as privatizações, a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a repressão aos trabalhadores e a luta dos servidores municipais de Florianópolis (maioria mulheres). Tudo isso destacando os reflexos nefastos destas medidas na vida das mulheres. Ela enfatiza: “No mundo todo as mulheres sofrem com violência de gênero, salários menores, subjugo e exploração. São as primeiras e as maiores vítimas da onda de retirada de direitos trabalhistas, previdenciários, sociais e humanos. Também são as que veem e se revoltam primeiro quando são retiradas as políticas de assistência que atendem a infância. Nas faixas de maior pobreza é que estão a maioria das famílias sustentadas e compostas exclusivamente por mulheres adultas e crianças. Se são trans, lésbicas, negras, indígenas ou muçulmanas são vítimas de crimes de ódio, de intolerância e preconceito. As primeiras a perderem os empregos quando o desemprego cresce somos nós mulheres.”

Outro destaque da publicação é a valiosa participação das dirigentes nacionais do SINASEFE em entrevistas exclusivas onde abordam diversos temas relacionados à luta das mulheres. Além de saber um pouco mais sobre os posicionamentos de cada uma, será possível conhecer a trajetória resumida destas mulheres lutadoras.

A última pauta que tratamos nesta edição é a realização de nosso 31º CON-SINASEFE. O evento será realizado de 18 a 21 de maio, em Salvador-BA, com caráter estatuinte. As teses podem ser enviadas até o dia 7 de abril e o prazo de eleição de delegados vai até o dia 20 do mesmo mês. O tema definido para esta edição do fórum, durante a 148ª PLENA, traz consigo elementos que também nos remetem à luta das mulheres. “Nenhum Direito a Menos: por uma educação libertadora e emancipadora”.

Este dia 8 de março (8M) sem dúvidas foi histórico, o debate da Greve Internacional de Mulheres tomou as ruas e trouxe um contorno diferente para a data, não se fala apenas em homenagens e presentes. O mês de março também será marcado pela luta contra

a Reforma da Previdência, que ataca diretamente as mulheres brasileiras.

Que o grito das mulheres lutadoras ecoe para além do 8M e que a luta contra a violência machista seja uma constante nos movimentos sociais.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE.



A gestão 2016-2018 da Direção Nacional do SINASEFE é responsável pelo conteúdo deste informativo. Confira a nominata em nosso site:

Fechamento dos textos dessa edição em 7 de março de 2017.

Jornalistas profissionais:
Mário Júnior (MTE-AL 1374)
Monalisa Resende (MTE-DF 8938)

Diagramação:
Ronaldo Alves (RP 5103/DRT-DF)

Ilustrações:
Bruno Galvão e Daniella Graner

Fotos:
Ascom SINASEFE e arquivo pessoal das entrevistadas

Contatos:
(61) 2192-4050 | imprensa@sinasefe.org.br

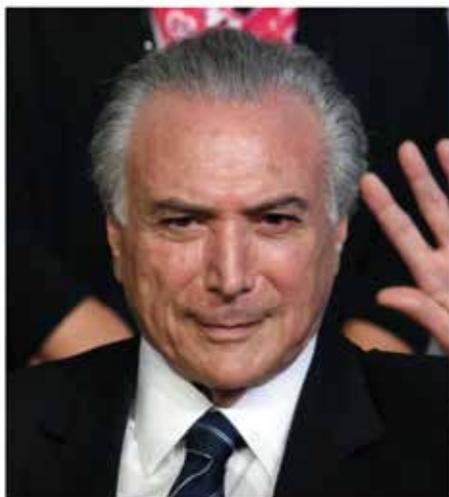
Ousar lutar, ousar vencer

Elenira Vilela – professora do IFSC e diretora do Sinasefe IFSC

É, alguns leitores vão lembrar de nomes de chapas de movimento estudantil ao ler o título dessa análise, mas não há expressão melhor para o que vivemos. As palavras são de Carlos Lamarca, capitão do exército que lutou contra a ditadura civil militar da década de 1960 e foi assassinado na luta. O contexto parece tão difícil, o tamanho dos ataques maiores do que nossa capacidade de enfrentá-los.

O golpe continua em curso e os retrocessos não estão localizados nem no Brasil, nem mesmo na América Latina, são mundiais. A direita fascista e o rentismo ganham espaço político e apoio popular. Apoio de uma população que se depara com perdas, falta de estabilidade, aumento da exploração e se agarra em ideologias de ódio, aceitando a resposta fácil de um inimigo localizável por falta de alternativa concreta.

Aqui no Brasil o processo continua. Várias de suas etapas avançam e avançam de vento em popa. O **ajuste fiscal**, isto é, a destinação do dinheiro público aos banqueiros, tem seu maior apoio na Emenda Constitucional 95/2016, que congelará os gastos públicos por 20 anos. Congelará para a maioria, mas não sem proteger o orçamento do Judiciário, do Senado e da Câmara e as emendas parlamentares, todos com orçamentos individualizados (limites específicos, sem ter que disputar pela prioridade com saúde ou educação, por exemplo) e estes últimos são impositivos (retira poder discricionário do executivo e obriga a que as emendas sejam pagas) e com a desvinculação, montanhas de dinheiro vão para “pagar a dívida pública”, que está entre aspas porque não há ninguém que deva, somente quem pague e quanto mais paga, maior é essa dívida. Atualmente debatem os ajustes de outros níveis de poder, como os estados e municípios. Além



de vários outros projetos que aumentam o endividamento, isto é, a transferência de dinheiro aos banqueiros, como o PLS 204/2016 em tramitação e que servirá para aumentar ainda mais a transferência. E o aumento de gastos com setores estratégicos, como a remuneração dos veículos de comunicação do golpe, como a globo, a Band, a Folha de São Paulo e com a repressão esses também não sofrerão cortes, pelo contrário, aumentarão assustadoramente.

A privatização também vai a todo vapor, não somente com a venda direta de empresas ou com as concessões, que inclusive vem ocorrendo. Campos de exploração do pré-sal e linhas de transmissão estão sendo entregues, a exigência das empresas que bancaram o golpe vão sendo cumpridas e dilapidando o patrimônio do povo e a soberania da nação. Com o angorá entrando para o ministério e garantido pelo STF com foro privilegiado, continua tocando o projeto a partir da Lei 13334/2016, o tal plano de Parcerias e Investimentos. Mas isso é a ponta do iceberg da privatização do Estado e das políticas públicas:

- ◆ a desestruturação de bancos públicos, como a Caixa e o Banco do Brasil (este último já registrando perda e deixando de ser o maior banco do país);

- ◆ a alteração de toda a política de conteúdo local;
- ◆ até mesmo a produção de moeda será privatizada e estrangeirizada;
- ◆ os planos populares de saúde para substituir o SUS que será (está sendo) desmontado;
- ◆ a própria Reforma do Ensino Médio, o maior plano de mercadorização da educação desde a ampliação do ensino superior da era FHC. O aumento da carga horária somente será possível com a compra de pacote de conteúdo de grandes conglomerados educacionais e no Brasil está a sede do maior deles, a Kroton-Anhanguera, com patrimônio de US\$ 8 bi e muito mais.

A abertura da possibilidade de várias áreas de negócios a empresas estrangeiras também avança não somente com a moeda, mas com a exploração de energia nuclear, a posse e exploração da terra e de meios de comunicação tiram a capacidade de aprofundar a soberania nacional. Tem ainda as privatizações encaminhadas como exigências do ajuste fiscal e estados e municípios, como o caso da companhia de água do Rio de Janeiro (CEDAE).

A bola da vez é a **Reforma da Previdência**, que atende a ambos os critérios anteriores, pois transfere mais dinheiro ao sistema financeiro, aquele dinheiro que os e as trabalhadoras do



Brasil tem guardado, para se prevenir de eventualidades como doenças e incapacidades, além de poder ter uma aposentadoria quando a velhice chegar. Sim, nossa poupança, afinal todo esse dinheiro foi conquistado a partir das casas de montepios, organizadas pelos próprios sindicatos e que o Estado passou a administrar e organizar a distribuição. Que virou lei e obrigou a contribuição patronal somente depois de muita luta da classe. Junto com a Previdência, o sistema de Seguridade Social da Constituição Cidadã, aquele que conquistamos na derrota da ditadura, como alguma assistência à população, que permite aposentadoria aos trabalhadores rurais ou pensões por morte, já retirada de boa parte das mulheres no final do governo Dilma.

A retirada de direitos atinge prioritariamente as mulheres, que tendo maior formação, tem menores salários e apesar de ter duplas ou triplas jornadas terão que se aposentar somente com muito mais do que o mínimo de 65 anos de idade para alcançar os 49 anos de contribuição. Provavelmente essa exigência será diminuída, mas ainda assim boa parte da população não alcançará a aposentadoria, porque na iniciativa privada pouquíssimas pessoas conseguirão manter-se

em empregos formais por prazos de 40 anos que sejam para alcançar uma aposentadoria que será no máximo a metade de seus rendimentos. Isso além de que no Brasil, alcançar aos 65 anos trabalhando em jornadas insalubres e sem direitos nem formação será praticamente impossível.

Por outro lado, essa contrarreforma também é privatização, já que anuncia a todos os cantos que a alternativa é adquirir previdência privada e os banqueiros estão deitando e rolando. A publicidade dos bancos já aumentou e a imprensa oficial já explicou a todos que a alternativa passa por esses planos (a menos que, segundo a Globo News, você consiga poupar 1 milhão de reais para aí poder se aposentar... ou que você seja o Mick Jagger e adore trabalhar até os 80 anos). Em resumo, acaba a aposentadoria e sua alternativa? Contribuir a vida inteira e se você for bobo dar ainda mais dinheiro aos banqueiros via plano privado e morrer sem se aposentar, porque todo mundo sabe que os planos privados não tem nenhuma garantia.

E tudo isso por quê? Porque o capital não tem limites, nunca está saciado e quando ele percebe que pode avançar e se acumular ele faz isso. Não tem absolutamente nada a ver com rombo, a

média hoje é de 4 contribuintes para cada beneficiário, fazendo uma conta meio bruta, se cada a contribuição é de 33% da renda (11 do trabalhador e 22 da patronal), são necessário 3 contribuindo para cada um recebendo. Ah, e não se esqueça: você vai ter que passar a contribuir com 14%. Isso: paga mais e não recebe nada ou quase nada.

Não se esqueça que aposentadorias especiais vão terminar ou serem extremamente dificultadas, então docentes deem adeus a um dos pouquíssimos benefícios que tem em relação aos demais trabalhadores. Técnicos saibam que se você tem insalubridade, periculosidade e/ou penosidade também saiba que para obter as reduções no tempo de contribuição será bem mais difícil. Os auxílios por doença ou as aposentadorias por invalidez foram as primeiras atingidas pela MP 739. Medidas provisórias, aliás, são expedientes que esse governo autoritário suportado pelo Congresso e Judiciário tem usado com frequência típica desse autoritarismo.

Há ainda a **Reforma Trabalhista**, leia-se você vai trabalhar até morrer e seu patrão pode te explorar com poucos limites. Aumento de jornada, diminuição de direitos como a multa

do FGTS por demissão imotivada (é bom lembrar que o Fundo de Garantia foi criado exatamente em troca do fim da estabilidade no emprego que também existia na iniciativa privada) e, principalmente, o negociado sobre o legislado. Apesar de sermos um sindicato de servidores públicos, essa reforma trabalhista, a previdenciária e a redução das políticas sociais de assistência atingirão a todos nós, porque bancos não produzem e não consomem, ricos consomem pouco, o que faz a roda da economia real girar é a produção destinada ao consumo das classes média e baixa, as que realmente tem escala e se essas pessoas param de consumir toda a economia deprime, diminuem os empregos e a recessão aumenta. Essa recessão nos atingirá a todas e todos!

Por último, uma parte fundamental do golpe é a **repressão** e esta é uma parte que avança a passos largos. O desgoverno federal, desgoverno dos criminosos está investindo pesadamente em “segurança”. Antes mesmo das rebeliões nos presídios já estava decidido que a Força de Segurança Nacional terá seu efetivo aumentado de mil para sete mil homens. E os novos membros não serão contratados via concurso, como os anteriores, mas estão sendo recrutados entre reservas das forças armadas. Além disso, a repressão a todas as manifestações por parte das polícias só aumenta. Vá-

rias lideranças estão sendo presas por motivações políticas, lideranças do MST e do MTST e em duas ocasiões direções sindicais inteiras tiveram o pedido de prisão. O aumento da burocratização das relações de trabalho no serviço público se torna uma presunção de culpa eterna. A nova decisão do STF sobre o corte de ponto – que não tem nada de realmente novo – joga uma pressão que na prática é política sobre gestores nesse novo momento político. Todos sabem que leis valem somente para um lado e assim o Judiciário dá contribuição importante ao golpe, mas os golpistas não acham suficiente. A cereja do bolo da repressão é o pedido de urgência na votação da regulamentação da greve no serviço público. Essa lei que equivale na prática à proibição da greve entre servidores. A proposta, requentada e que passa a tramitar em regime de urgência exige mínimo de 50 a 80% de funcionamento durante a greve, mesmo repostos, os dias paralisados não contarão para os infinitos 40 ou 49 anos de contribuição entre muitas outras maldades.

Mas de alguns lugares vem a prova de que os que se organizam, unem e lutam podem vencer e vencem.

O exemplo dos servidores municipais de Florianópolis, que foram surpreendidos pelo prefeito recém-empossado com um pacote proposto em regime de urgência, convocando a Câ-

mara de Vereadores extraordinariamente para apreciar os projetos ainda em janeiro, alegando um suposto rombo nas contas da prefeitura. Eram 39 projetos e, entre eles, um projeto que revogava o Plano de Carreira, Cargos e Salários de todos os servidores. O sindicato imediatamente convoca os servidores ao enfrentamento, na defesa de direitos conquistados ao longo de décadas. Apesar de muita mobilização e da entrada em greve dos servidores, com alta adesão, apesar de que todos os servidores da educação estavam em férias e mesmo assim compareceram em bom número nas mobilizações, apesar de toda a repressão, incluindo gás de pimenta, socos e várias bombas de gás, apesar de tudo isso os projetos foram aprovados.

O pacote de projetos do governo municipal do PMDB é cópia adaptada do projeto do golpe nacional, a tal pinguela para o passado: além da retirada de direitos, prioridade para o pagamento de dívida, defesa dos interesses de grandes corporações, afrouxar legislação ambiental e fortalecer o coronelismo local. Também como os projetos nacionais dos golpistas, a tramitação é irregular, não há debate, o regimento é desrespeitado e a oposição e, principalmente, os interesses do povo são ignorados.

Tudo aprovado e a categoria permanece em greve e decide que vai fazer prefeito e Câmara voltarem atrás. Chega o dia do início das aulas, mas elas não começam, apenas as comunidades das escolas são informadas de que servidores estão em greve. A mobilização inclui passeatas centralizadas, assembleias quase diárias, caminhadas nas comunidades, trabalho de base, quase 80% de adesão à greve, articulação com sindicatos e movimento populares de todas as áreas, deliberação em assembleia dos trabalhadores no transporte público que parariam suas atividades em solidariedade aos municipais. No 38º dia de greve, em mediação no Ministério Público o prefeito golpista loroteiro aceita apresentar projeto na câmara e volta atrás na maioria dos





projetos, especialmente os que retiravam direitos dos servidores.

Essa categoria é majoritariamente composta por mulheres que trabalham nas áreas de saúde e educação. Majoritariamente de mulheres e crianças é a população que precisa e usa os serviços que estavam e estão sendo precarizados. As mulheres no Brasil, recebem em média 73,8% dos rendimentos dos homens. Essa diferença é maior entre as mulheres negras, que recebem em média apenas 35% do rendimento dos homens brancos. Se comparada a diferença entre homens e mulheres é mais significativa para mulheres que chefiam famílias, vivendo somente com as crianças, obviamente as populações

mais vulneráveis. E as piores médias de mulheres estão entre as rurais, também tem a maior proporção de mulheres sem rendimento algum, trabalham em casa e nas propriedades de produção familiar. No Brasil o índice de mulheres que não tem rendimento algum caiu de 2001 a 2010 (data do último censo do IBGE), mas certamente voltará a subir.

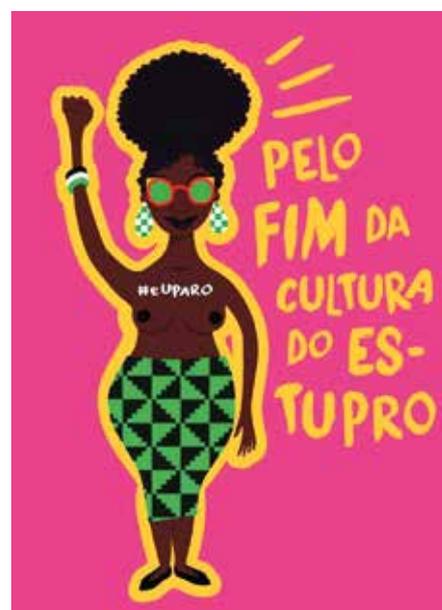
No mundo todo as mulheres sofrem com violência de gênero, salários menores, subjugo e exploração. São as primeiras e as maiores vítimas da onda de retirada de direitos trabalhistas, previdenciários, sociais e humanos. Também são as que veem e se revoltam primeiro quando são retiradas as políticas de assistência que atendem a

infância. Nas faixas de maior pobreza é que estão a maioria das famílias sustentadas e compostas exclusivamente por mulheres adultas e crianças. Se são trans, lésbicas, negras, indígenas ou muçulmanas são vítimas de crimes de ódio, de intolerância e preconceito. As primeiras a perderem os empregos quando o desemprego cresce são as mulheres.

E em um contexto de avanço internacional do rentismo e do fascismo, da guerra e de aumento da exploração tanto no centro, quanto na chamada periferia do mundo, nesse contexto a força das mulheres chama uma greve internacional no principal dia de luta das mulheres #8M #WomenStrike #ParoInternacionaldeMujeres #Eu-Paro #NenhumaAMenos. E a luta das mulheres também tem mostrado sua força e a importância de lutar. Derrotas impostas ao Eduardo Cunha no Brasil, ao Trump nos EUA e historicamente um movimento que tem conquistas mais significativas, apesar de ainda haver muito pelo que lutar.

Por isso para nossa categoria os próximos dias de luta são fundamentais: todas e todos à paralisação no dia #8M, todos às ruas dia 8 e dia 15 contra o fim da aposentadoria e o roubo do nosso patrimônio! Juntas e juntos venceremos!

Só é possível terminar como o texto começou: ousar lutar, ousar vencer!



Mulheres e representação sindical: conheça as dirigentes nacionais do sindicato

O Informativo SINASEFE apresenta nesta edição os perfis e alguns posicionamentos das mulheres que compõem, atualmente, a Direção Nacional do sindicato. Ao perceber a parcela feminina deste colegiado como um valioso exemplo da diversidade de histórias das mulheres lutadoras, é possível conhecer suas trajetórias e notar a semelhança delas com as de milhares de trabalhadoras do Brasil. Esta gestão foi eleita após a recente modificação

estatutária que prevê as cotas de gênero nas eleições do SINASEFE, assim, a reserva de 30% das vagas foi respeitada. Atualmente, dos 27 integrantes da DN, 17 dirigentes são do sexo masculino e 10 são do sexo feminino. Alice Gomes, Cátia Cilene Farago, Cristiane Gonzaga Oliveira, Clarissa Cavalcante, Claudicéa Durans, Gerlândia Bestete, Giane Carvalho, Gleice Mari de Almeida, Micilândia Souza e Paula TOS são as mulheres na atual composição. Conheça, a seguir, um pouco mais sobre elas:



Alice Gomes é natural de Caxias-RJ, cinéfila de plantão, adora leitura e gosta muito de estar com crianças e idosos, tem um filho e uma neta. Atualmente está aposentada, trabalhou a maior parte de sua carreira como professora no Colégio Pedro II, base do Sindscope, no Rio de Janeiro-RJ. Sua formação passou pelo antigo curso Normal, Pedagogia (todas as habilitações), e especializações em psicopedagogia, em dependência química, e psicopatologias da infância e da adolescência. Na Direção Nacional, Alice é a secretária-geral.

1) IS: Hoje, após trilhar 32 anos de trabalho na Rede Federal, você está aposentada. Atuar como professora, com destaque para a fase que trabalhou com crianças com necessidades específicas, sem dúvidas, lhe proporcionou um crescimento pessoal e experiências inesquecíveis. No entanto, a sobrecarga e a falta de valorização são pontos negativos da profissão. A proposta de Reforma da Previdência defendida pelo atual governo pretende ampliar o tempo de trabalho (para obter aposentadoria integral) para 49 anos. Como você percebe o impacto desta medida, se aprovada, na vida das mulheres professoras e trabalhadoras da educação em geral?

As mulheres professoras e trabalhadoras, já são desvalorizadas e sobrecarregadas, elas precisam trabalhar em vários lugares. Trabalham em casa cuidando da sua família e corrigindo provas, planejando e preparando aulas, estudando, uma rotina pesada! A proposta da Reforma da Previdência é devastadora, como será possível trabalhar 49 anos? Começar a trabalhar com 15/16 anos? É uma reforma perversa!

2) O ativismo sindical também está presente em sua trajetória há anos, inclusive participando da fundação de um dos maiores sindicatos filiados ao SINASEFE, o Sindscope. Qual sua percepção da presença feminina no movimento sindical ao longo dos anos que milita? Existe uma ampliação desta participação? Qual sua mensagem para as mulheres lutadoras?

Hoje temos a participação feminina maior, temos sindicalizadas na coordenação e direção dos sindicatos, por exemplo, isso é muito bom. Temos muitas aposentadas sindicalizadas. Quero aproveitar este espaço para pedir, é um pedido mesmo: temos que participar do sindicato, temos que acabar com o machismo dentro do sindicato! Sindicato não tem dono, é das trabalhadoras e dos trabalhadores. Temos que ocupar os espaços, porque lugar de mulher é onde ela quiser estar, e tem que estar também dentro do sindicato! A participação feminina tem também um caráter pedagógico.

Venham companheiras, vamos à luta! Machistas não passarão! Vamos dizer não à Reforma da Previdência, nenhum direito a menos! Fora Temer! Contra a Opressão da Mulher, pela

revolução, uma só luta. Quero deixar também uma citação da fala de Misa Boito em nosso GT recente: “Substituir a oposição homem x mulher pela oposição capital x trabalho é um obstáculo à luta de toda a classe por sua emancipação”.



Cátia Cilene Farago é natural de Curitiba-PR, se mudou há sete anos para a Bahia com a família (seu companheiro e quatro de seus cinco filhos) para lecionar no nordeste. Docente na Rede Federal desde 2010, ela está lotada hoje no Campus Santa Inês, do IFBaiano. Antes de entrar na Rede, ela foi professora estadual e militou no APP Sindicato, no PR. Ela é graduada em Filosofia e Direito, mestre em Sociologia e pesquisadora com dezenas de publicações nestas áreas. Na Direção Nacional, Cátia é coordenadora geral.

1) Iniciando a vida profissional muito cedo, sua trajetória em sala de aula já ultrapassa 20 anos de experiências, dos quais sete deles na Rede Federal, em cidades diferentes. Além de ministrar aulas por tanto tempo, você também se dedicou aos estudos, desenvolvendo pesquisas relacionadas às mulheres e os desafios que enfrentam (especificamente a violência machista). Qual sua percepção da realidade das mulheres trabalhadoras da Rede Federal (docentes, TAEs e terceirizadas)? E num recorte específico das

professoras (tanto federais quanto estaduais e municipais)?

Ainda estamos engatinhando em questões fundamentais, como a da nossa própria organização política, a exemplo da questão sindical, já que este espaço ainda é majoritariamente ocupado pelos homens. Em relação à educação, esse campo aponta para retrocessos que atingiram principalmente as mulheres, uma tentativa de “mordança” imposta a todas nós. A discussão de gênero e diversidade sexual, por exemplo, foi suprimida no Plano Nacional de Educação, e em vários planos estaduais e municipais de educação, como o sancionado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Existe um contexto real de violência contra a mulher, homossexuais, LGBT’s, no Brasil e no mundo e essa discussão é necessária na escola pública. Esta violência afeta nossas estudantes e nossos estudantes nessa fase especial de formação e alcançará os futuros trabalhadores/as e os que já se encontram na rede, sejam docentes, TAES ou terceirizadas.

Aliás, é importante que se diga que as trabalhadoras terceirizadas pelo frágil vínculo de emprego e a extrema precarização das condições de trabalho vivenciam situações constantes de assédios e violências silenciadas, o que se estende em menor intensidade às demais trabalhadoras. **Infelizmente**, o cenário atual marcado pelos pacotes de ajuste fiscal e a política econômica de austeridade a que o Brasil encontra-se submetido, num cenário externo, por determinação de organismos internacionais, e num cenário interno pela subserviência do governo atual colocará ainda mais em condições precárias as trabalhadoras seja do setor público, seja da iniciativa privada. Essa conjuntura impõe-nos mais do que nunca refletir sobre o papel fundamental de resistência e luta desempenhado pelas mulheres em vários momentos históricos. O papel das educadoras da rede estadual e federal é fazer corpo a esse movimento de resistência e luta contra a retirada de direitos.

Nesse sentido, é impossível conceber um espaço de formação educacional que não identifique questões que envolvem a opressão, os preconceitos, a homofobia, o sexismo, o racismo e outras perversidades. Nossa intervenção é um procedimento educativo, e está diretamente relacionada à garantia e reconhecimento das diversidades e dos direitos de cidadania. Isto inclui o direito ao respeito, igualdade de tratamento entre outros aspectos que cabe, em meu entender serem fomentados por nós educadoras, trabalhadoras.

2) Um dos grandes desafios que as mulheres trabalhadoras enfrentam é o equilíbrio no exercício de diversos papéis. Você é uma mulher trabalhadora, mãe, professora, militante sindical e pesquisadora, isso citando alguns destes papéis de destaque. Qual a mensagem para as trabalhadoras que, assim como você, se encontram desafiadas a exercer múltiplos papéis, dentre eles a defesa constante de seus direitos?

Transformar as práticas e relações sociais é o principal desafio que se impõe às trabalhadoras que se encontram desafiadas a exercer múltiplos papéis nos dias de hoje. Especificamente em relação a mulher, esta foi ingressando no mercado de trabalho em posições antes só ocupadas pelos homens, assumindo assim mais um papel na sociedade.

O imaginário patriarcal buscou consolidar diferenças nos papéis desempenhados pelas mulheres considerados como rotineiros, e que incluíam atividades mais difíceis de serem controladas e sem valor social. As mulheres que não possuíam uma atividade fora do lar estariam restringidas de outras fontes de gratificação, e mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, as condições que estas enfrentam são mais adversas, acarretando grandes prejuízos para seu bem-estar. Tudo isso deve ser desmistificado.

Na verdade, na medida que a mulher passa a ter uma participação social,

e conseqüentemente a organizar-se, a mulher não transgride apenas sua invisibilidade social e política construída historicamente, mas também protagoniza a luta de gênero nos espaços que passa a atuar quase sempre motivada pelo questionar a sua desigualdade, a sua realidade.

Dessa forma, ao buscar superar os papéis tradicionais reservados a mulher, principalmente na educação, nos movimentos sociais, na política, no sindicato, no mercado de trabalho, as práticas por alçar outros papéis, dinamiza experiências sócio-político-educativas que contribuem para a transformação das relações e identidade de gênero e para o desenvolvimento do capital social e político da mulher trabalhadora. Alcançar este nível de percepção política é o nosso desafio!

3) Além de pesquisar a temática da violência machista, sua história pessoal, semelhante à de milhares de mulheres em todo país, foi marcada pela violência doméstica na infância. A denúncia deste tipo de violência, infelizmente, nem sempre proporciona a reversão dos comportamentos, o que não quer dizer, obviamente, que as vítimas devem se calar. Na sua opinião as marcas deixadas pela violência machista são ainda mais profundas quando as vítimas se calam?

Pensar em estratégias educacionais profundas que combatam o machismo e impulsionem a emancipação das mulheres são medidas alternativas interessantes?

A violência contra a mulher é uma das faces mais cruéis do machismo. Todos os dias, milhares de mulheres em todo o mundo se transformam em vítimas das mais variadas formas de violência sendo sujeitas a situações de vulnerabilidade e instabilidade social. Face a gravidade da situação a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a considerar a violência contra as mulheres uma verdadeira epidemia mundial e uma das violações de direitos humanos mais frequentes na atualidade.

A Universidade de São Paulo (USP),

em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS), conduziu em 2001 um estudo que investigou questões de saúde e violência de gênero na cidade de São Paulo e na Zona da Mata Pernambucana. Os dados demonstram que 29% das entrevistadas na Grande São Paulo e 37% na Zona da Mata pernambucana relataram algum episódio de violência física cometido por parceiro ou ex-parceiro; 10% das mulheres em São Paulo e 14% na Zona da Mata relataram já terem sido constrangidas fisicamente a ter relações quando não queriam ou mesmo forçadas a práticas sexuais por medo daquilo que o parceiro pudesse fazer. A violência sexual antes dos 15 anos foi relatada por 12% das mulheres em São Paulo e 9% das mulheres na Zona da Mata.

Esta é uma mostra de que no Brasil, a situação ultrapassa índices alarmantes, atingindo a todas as mulheres. Desse modo, a problemática merece a nossa atenção, a nossa reflexão, senão porque se apresenta como atrocidade, porque suas marcas acompanharam as mulheres por toda sua trajetória. Logo, cabe à sociedade como um todo, mas sobretudo ao espaço educacional formal, a escola, a universidade, fomentar o debate, a análise crítica sobre esta realidade e apontar possibilidades de enfrentamento à violência contra a mulher. Face a situação delicada de desigualdade de gênero, da violência que daí decorre, muito pouco foi realizado e investido por parte dos governos e autoridades.

A violência do Estado se materializa tanto na violência policial quanto na criminalização dos movimentos sociais e na falta de políticas públicas que alterem verdadeiramente as condições de vida das mulheres. O sistema nega repetidamente o direito da mulher à igualdade e a vida livre da violência nas suas mais variadas formas. É sim pela via educacional que teremos maiores chances de transformar as práticas e relações sociais machistas, patriarcais, sexistas, homofóbicas, e LGBTfóbicas.



Cristiane Gonzaga Oliveira é natural do Rio de Janeiro-RJ, mas hoje mora em Baturité-CE, por causa do trabalho, sua família (pais, irmãos e sobrinhos) também mora no interior cearense. Ela responde pela pasta de Políticas Educacionais e Culturais do Sindsifce, filiado ao SINASEFE no Ceará. Lotada no campus Baturité, do IFCE, ela é TAE, no cargo de Tecnóloga em Gestão Financeira. É formada em Tecnologia em Gestão Financeira, com especialização em Gestão Pública. Na DN ela é suplente.

1) Você faz parte de um grupo de servidores que entrou na Rede Federal recentemente (2014), enfrentando um cenário bastante negativo de rebaixamento de direitos em relação aos trabalhadores mais antigos, inclusive com a adesão, quase obrigatória, ao Funpresp. Como você percebe o reflexo destes ataques na vida das mulheres?

Nós mulheres sofremos diversos ataques e na maioria das vezes nem percebemos. O cenário no IF não é diferente, e creio que ele piora não só por estarmos em uma instituição de ensino em que, minimamente, os servidores deveriam ter uma visão de mundo diferenciada. Piora por causa também das relações políticas e porque ainda existe uma forte hierarquia dentre os servidores. E quando entramos na Rede nós mulheres, que muitas vezes chegamos com uma visão diferente daquela dos

mais antigos de trabalho, causamos certo incômodo. Alguns se sentem os maiores, talvez por terem direitos diferenciados, ou pior por terem cobertura daqueles que na verdade deveriam zelar pela ordem dos trabalhos.

Os ataques dia após dia vem aumentando e acabamos percebendo que somos as primeiras a serem atacadas em momentos de crise. Eles não percebem o quanto somos oprimidas e o quanto somos desfavorecidas em diversos momentos de nossas vidas. Tudo isso acelera o processo de minimização da mulher perante os homens quanto a direitos, mas acaba acelerando, indiretamente, o nosso processo de emponderamento.

2) Mesmo com sua entrada recente no serviço público, a militância sindical já faz parte de sua vida há mais de dois anos. O que significa para você atuar no movimento sindical (tanto no nordeste quanto em nível nacional), enquanto uma jovem trabalhadora e lutadora?

É muito engrandecedor atuar nessa área, pois me propicia participar ativamente de processos que irão minimamente auxiliar na vida não só dos trabalhadores da Rede, mas também dos alunos, pois quando conseguimos, mesmo que pouca, a valorização para o servidor nós estamos melhorando indiretamente a educação.

E também tem outro elemento relevante pra mim. Sempre estudei na rede pública de ensino, e por diversos motivos não tive contato a militância em si, mas tive sempre um anseio de melhorar algo. Foi quando passei a trabalhar, e sentia que algo me faltava. Quando entrei na faculdade, através de bolsa do PROUNI, alguns pensam que é o meio mais fácil para entrar neste ambiente, mas não o foi. Tive que trabalhar o dia inteiro e a noite tinha que ir pra aula, ou seja, me faltava tempo. Vivia no ciclo que o capital joga para as massas mas consegui quebrar isso ao entrar no

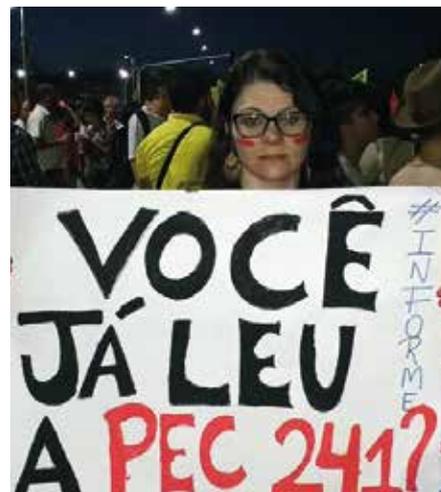
IFCE, e daí tive acesso a um mundo do qual eu sentia que já pertencia a ele há muito tempo. Então, neste momento é muito bom atuar na militância, pois, não é só uma questão de superação mas também de que é possível, minimamente, plantar agora a semente para se ter uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade.

3) O movimento sindical não é uma bolha. Infelizmente os casos de machismo são recorrentes também no ambiente sindical. Como você lida com esta realidade em seu cotidiano?

É muito difícil lidar com isso, principalmente, em um meio que deveria ser mais esclarecido, mas percebo que minimamente os homens vem aprendendo que não é assim que a roda deve rodar. Dia após dia tento aprender novas formas de abordar as pessoas para auxiliá-las nesse processo do qual estou inserida e venho aprendendo constantemente.



Clarissa Maciel Cavalcante é natural de Santarém-PA, além de militante sindical, é ativista pela preservação ambiental e proteção às comunidades tradicionais e indígenas. Professora, trabalha no campus Itaituba, do IFPA. Sua graduação e mestrado são em Engenharia Civil, e atualmente cursa pós-graduação em Docência do Ensino Básico Técnico e Tecnológico. Na Direção Nacional ela é a primeira tesoureira.



Giane Carvalho é natural de Horizontina-RS e busca um equilíbrio marcado pela necessidade da seriedade e serenidade em sua rotina. Atua como professora há 15 anos. Docente, ela trabalha no Campus Gaspar do IFSC, e mora em Blumenau-SC (com suas três filhas e marido). Possui licenciatura, bacharelado, mestrado e doutorado em Ciências Sociais. Ela já atua no sindicato local, Sinasefe IFSC, desde sua entrada na Rede, em 2013, passando pelas greves de 2014 e 2015. Na Direção Nacional ela responde pela pasta de Políticas Educacionais.

1) A militância sindical, os estudos, o trabalho e a vida familiar (maternidade e casamento) são elementos presentes em seu cotidiano há alguns anos. Como você enfrenta a recorrente pressão da sociedade para que as mulheres exerçam com perfeição estes papéis? Qual sua mensagem para as companheiras que, assim como você, enfrentam dificuldades em conciliar todos estas jornadas triplas ou mesmo quádruplas em suas vidas?

Não é fácil para o gênero feminino viver em pressão e certamente não desejamos que continue desta forma. Mas, diante desta condição sabemos que a dificuldade pode nos fortalecer porque nos abre caminho para estarmos mais fortes para enxergar os desafios rumo a emancipação social das mulheres. Por um lado, a própria

pressão que gerou um sofrimento histórico às mulheres têm contribuído para um perfil feminino – persona – marcado por uma mentalidade positivamente complexa e com visão e intuição de mundo muito especial. Por outro lado, também contribuiu para a criação de uma identidade feminina deixada em segundo plano quando sua credibilidade ou respeito apenas existem a partir do momento em que a mulher está ancorada e ao lado da figura masculina. Neste sentido, a própria pressão que vivemos já revela a gravidade da desigualdade de gênero e irá nos exigir que nos unamos, cada vez mais, por equidade, autonomia e respeito. Para isso, é importante as mulheres lutarem pela garantia de espaço, voz, respeito, atuação e representatividade no todo social.

Por isso, minha mensagem é para que todas as mulheres possam se sentir confiantes para garantir o empoderamento feminino na sociedade, buscando sempre se renovar e se libertar através da luta diária pelos seus direitos. Precisamos ter clareza, de que ainda não chegamos em um modelo social onde os desafios são divididos com o mesmo peso e a mesa medida, entre homens e mulheres, e para avançarmos precisamos nos desafiar para buscar o empoderamento feminino. Este empoderamento não pode ser confundido como “poder superior”, mas sim com um despertar da consciência sobre a sua capacidade de contribuir para um mundo melhor. A forma que cada uma vai contribuir pode ser diversa e de acordo com cada personalidade.

Por exemplo, podemos, em conjunto com os pais, atuar na educação das crianças, para o combate ao machismo, nos desafiar nas profissões historicamente representadas pelos homens, no gerenciamento de postos de trabalho e na participação política. Além disto, de modo geral, lutar em nosso cotidiano contra qualquer símbolo, piada, palavras ou atos que deixem as mulheres em situação de opressão ou submissão.

Desta forma, nossas dificuldades e pressões nos servem como exemplo para a persistência e clareza de que a nossa emancipação social depende das mulheres e não dos homens. Pois, como é o gênero feminino que está em situação de submissão a tarefa para alcançar uma sociedade mais justa está, em pleno século XXI, sendo posta para as mulheres. E, diante destes desafios, também podemos dizer “não” às pressões sociais e canalizar as energias para a busca do respeito, da autonomia e independência.

A pressão para que sejamos “perfeitas”, sem dúvida existe quando o nível de cobrança já pressupõe critérios de avaliação mais rígidos para as mulheres em relação aos homens. Esta trama é consequência da gravidade criada pelo modelo patriarcal que não garante para mulher a supressão da opressão e ainda contribui com o medo inconsciente das mulheres continuarem em situação de submissão e opressão, enquanto, para os homens revela o medo inconsciente de perder seu espaço de dominação.

A exigência de perfeição para a atuação das mulheres em sociedade está incoerentemente representada em críticas reducionistas e detalhistas que ignoram e ofuscam suas maiores qualidades enquanto sujeito feminino capaz de lidar com situações problemas; liderar equipes; contextualizar o presente sem esquecer do passado; lidar com situações complexas; inovar e recriar pela ciência, pela política e pelo trabalho.

Assim, não desejamos “ser perfeitas”, até porque, sob o ponto de vista filosófico a perfeição no seu sentido paradoxal somente existirá quando se tornar imperfeita. Em outras palavras toda mulher que se esforça e se destaca já possui um mérito único por superar obstáculos de vida impostos pelos padrões culturais e políticos de nosso modelo de sociedade patriarcal. Portanto, a superação das dificuldades aliada já persistência, à luta e à criticidade ao modelo vigente é

importante para o empoderamento feminino.

Por isso, não temos que ter medo ou culpa de dizer o que pensamos. Nossa vida se caracteriza pela dialética na complexidade entre emoção e razão, todo e parte, subjetivo e objetivo, sensível e forte... Neste ciclo o desafio é a busca pela libertação das explorações, das mais visíveis até as mais discretas e imperceptíveis.

2) Mesmo chegando há pouco tempo na Rede Federal, sua militância sindical é intensa. Infelizmente, sabemos que o movimento não é distanciado da sociedade quando se trata de reproduzir práticas machistas. Como enfrentar o machismo no movimento sindical?

Precisamos nos sentir bem para que possamos ser ouvidas ao invés de ignoradas. Que nossa voz em tom baixo não seja motivo de menosprezo e fraqueza, que nos momentos em que falamos alto não sejamos julgadas como histéricas enquanto os homens que gritam são bravos e corajosos. Que nosso atropelo na gramática devido ao cansaço, e até por razões de escolaridade, não seja motivo de deboche. Que nossos vestidos e saias sejam aceitos assim como as bermudas dos homens. Que as piadas machistas sejam reprimidas por todas e todos em vez de julgarem a crítica a estas como falta de humor.

Como mulheres temos que compreender que devemos lutar sempre. Não é porque eu não sofro de violência por parte de meu marido que eu não vá somar a luta de outras que sofrem; não é porque eu optei em ser mãe que devo deixar de lutar pelas mulheres que querem ter o direito de escolher o destino de seu corpo e de sua condição feminina no mundo. Precisamos compreender que nossa luta é pela liberdade de sermos o quisermos ser, sem julgamentos, sem perseguições, sem medo e sem preconceitos. Por isso, a minha luta deve representar a luta de todas e, vice-versa, a luta de todas faz parte de minha luta.



Gerlândia Moura Bestete é capixaba, está na Rede Federal, e no movimento sindical, há 10 anos. Ela é assistente administrativa e trabalha no campus Alegre do IFES. É formada em Administração e Direito, e mora com os filhos e marido na mesma cidade em que trabalha. Além da militância sindical, ela já se dedicou ao movimento estudantil na juventude, fazendo parte da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de diretórios acadêmicos.



Claudicéia Durans é natural de São Luís-MA, além de militante sindical é ativista do movimento negro, no Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe. Também tem militância político-partidária, atualmente no PSTU. Formada em Pedagogia com mestrado em Educação e cursando doutorado em Políticas Públicas, ela é docente do IFMA, licenciada para estudos. Atualmente mora em São Paulo-SP com seus dois

filhos e companheiro. Na Direção Nacional, ela é secretária-adjunta de Formação Política e Relações Sindicais.



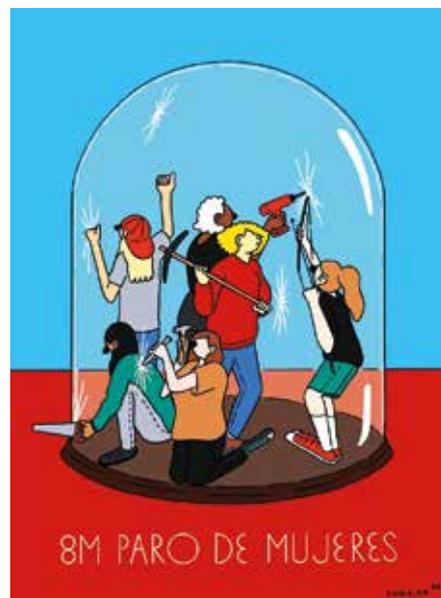
Gleice Mari Almeida é paranaense, ama o contato com a terra e também se dedica ao artesanato nas poucas horas de folga. Hoje está aposentada e mora numa chácara em Pimenta Bueno, em Rondônia, estado onde trilhou sua trajetória como pedagoga, concursada pelo então ex-território. Além da educação formal, graduada em Pedagogia, ela aprendeu muito com os trabalhadores do MST enquanto frequentou um acampamento em Vilhena-RO. Além de militante sindical nos dias de hoje participou do movimento estudantil na juventude. Ela é suplente na Direção Nacional.

1) Após trilhar 36 anos de trabalho na Rede Federal, e mais quatro na iniciativa privada, você está aposentada atualmente. Seu trabalho como pedagoga numa cidade de interior, mesmo numa instituição federal, foi árduo e marcado pelo enfrentamento do machismo e de perseguições devido à militância sindical. A proposta de Reforma da Previdência defendida pelo atual governo pretende ampliar o tempo de trabalho (para obter aposentadoria integral) para 49 anos. Como você percebe o impacto desta medida, se aprovada, na vida das mulheres trabalhadoras da educação em geral?

Fazendo parte do quadro de servidores federais, em sua maioria estávamos a disposição do Governo do Estado de Rondônia, por se tratar de um ex-território, portanto estava lotada em uma escola do estado. Neste período, pude conviver com educadores em todos os níveis e com os diversos tempos de serviço. Se a Reforma da Previdência passar vejo o fracasso na educação brasileira. É impossível um educador depois um certo período estar em condições físicas, psicológicas e emocionais, estar na ativa. Certamente enlouquecerá, ou morrerá muito cedo. Não vai se aposentar nunca...

2) Além de ativista sindical, você passou pelo movimento estudantil da Universidade de Rondônia, e ainda militou com trabalhadores do campo, uma longa trajetória de lutas que segue até os dias de hoje. Como você lidou, e ainda lida, com o machismo nestes ambientes?

Nunca foi fácil e hoje então... Tenho denunciado, falado e as vezes é mesmo necessário medidas mais drásticas: registro de ocorrências em delegacias, processos judiciais. Ainda assim, aprendi a ouvir e depois falar, procuro uma boa argumentação com o respeito pelo meu espaço. Sempre enfrentei os machistas, recomendo a todas companheiras que persistam em sua militância. Percebi um ambiente mais favorável e solidário às



mulheres quando militava nos movimentos do campo, como, por exemplo, no MST. Por lá sentia um respeito profundo entre os militantes, camaradagem e companheirismo.



Micilandia Pereira de Sousa é natural de Picos-PI, ama os pets e além de militar no movimento sindical é ativista pelos direitos animais, mantendo um abrigo para cães e gatos. Tem bacharelado em Direito e licenciatura em Filosofia. Está na Rede Federal desde 2014, trabalhando como Assistente em Administração, no campus Corrente, do IFPI. Também atua no movimento de mulheres, organizando atividades deste segmento em sua cidade. Na Direção Nacional, ela é secretária-adjunta da pasta Coordenação Jurídica e Relação do Trabalho.



Paula TOS é natural de Alegrete-RS, batalhadora desde a infância,

quer manter o ânimo, a força e a coragem para permanecer na luta por dias melhores para todos e todas. Ela é TAE no campus Alegrete do IF Farroupilha. Sua formação é de técnica em Contabilidade graduação em Administração e Direito, especialização em Educação Ambiental e mestrado em Auditoria e Gestão Ambiental e Desenvolvimento Regional. Ela é suplente na Direção Nacional.

1) Você é uma trabalhadora da Rede Federal há mais de 15 anos, ou seja, acompanhou de perto as recentes ampliações desta pelo Brasil e em seu estado. Como você descreve a participação das mulheres neste processo de ampliação?

A participação das mulheres ainda é muito tímida e, algumas mulheres se absterem de maiores contribuições exatamente para evitar possíveis constrangimentos pelo fato de serem mulheres e se colocarem em evidência. A Rede perde muito por isso uma vez que possui um número expressivo de mulheres com qualificação relevante e carente de incentivos e oportunidades.

2) Seus estudos e atuação profissional se voltaram para agricultura familiar e a vida no campo, inclusive acompanhando movimentos como MST. Hoje sua militância sindical também se pauta no contato direto com trabalhadores e trabalhadoras em seu local de trabalho. Qual sua percepção dos desafios que as trabalhadoras (Docentes, TAE e Terceirizadas) enfrentam na Rede Federal?

Estou em contato direto com os trabalhadores e trabalhadoras (Docentes e TAEs) do Campus em que trabalho e, no que se refere aos terceirizados/as, em decorrência da minha formação, recebo constantemente visitas e consultas relacionadas a várias áreas de interesse deles/as: trabalhista, familiar, código de defesa do consumidor (bens, direitos, obrigações e heranças são as mais demandas). E, em relação ao movimento do campo,

mantenho o olhar atento aos anseios, pesquiso e acompanho a luta pela sobrevivência e algum desenvolvimento no segmento da agricultura familiar. **No** que se refere ao serviço público, vejo que a carência de qualificação é algo que aflige muito as servidoras TAEs e Docentes. Isso ocorre em virtude da localização afastada do campus, mais de 500 Km da capital do Estado e mais de 240 Km das principais cidades do Rio Grande do Sul. É bastante difícil oportunidades e incentivos para cursar Mestrado e Doutorado. Por exemplo: algumas servidoras estão há mais de cinco anos pleiteando uma vaga de doutorado que seja acessível, isto é, que seja possível e viável deslocamento; hospedagem; atividades de pesquisa; publicações, pagamento de mensalidades e/ou outros demais custos.

Outro ponto é a preocupação com a qualidade de vida no trabalho, que também fica evidente nos diálogos com servidoras e terceirizadas. Ressalto que esta preocupação está ganhando ênfase após as notícias relacionadas à Reforma da Previdência.

3) Condutas inadequadas de gestores, ou mesmo de colegas de trabalho infelizmente são comuns e denunciadas repetidas vezes. Muitas mulheres buscam os sindicatos para denunciar assédios (tanto moral quanto sexual) e outras, infelizmente, se calam. O que você diria para aquela mulher que sofre assédio, como a encorajaria a buscar ajuda?

Todo o assédio deve ser denunciado e investigado: nos sindicatos, nos locais de trabalho... Importante fazer registros em Boletins de Ocorrência (Polícia Civil e/ou Federal conforme a situação).



31º CONSINASEFE será realizado de 18 a 21 de maio, em Salvador-BA



30º Consinasefe foi realizado em Brasília-DF e elegeu a atual DN do SINASEFE

O 31º Congresso do SINASEFE já tem data, local, temário, caráter e todo o seu calendário definidos! Após os debates sobre o fórum na 148ª Plenária Nacional, realizada em 18 e 19 de fevereiro, as questões pendentes para o início da construção do próximo CONSINASEFE foram definidas e o evento já começa a mobilizar nossas seções sindicais. Confira um resumo das deliberações e entenda como será nosso próximo Congresso.

Data e local

O 31º CONSINASEFE será realizado nos dias 18, 19, 20 e 21 de maio de 2017, na cidade de Salvador-BA.

Os assédios morais e as demissões injustas contra servidores promovidas pelas reitorias do IFBA e do IF Baiano motivaram a escolha da capital baiana como sede do fórum.

Prazos

Fique atento aos prazos aprovados para o Congresso para não perdê-los de vista:

- ◆ **7 de abril:** encerramento do prazo para envio de teses ao e-mail dn@sinasefe.org.br
- ◆ **8 a 10 de abril:** compilação das teses pela Direção Nacional (DN) do SINASEFE
- ◆ **11 de abril:** disponibilização das teses pela DN nos canais de comunicação do SINASEFE
- ◆ **até 20 de abril:** assembleias das seções sindicais para eleições de delegados
- ◆ **18 a 21 de maio:** realização do 31º Congresso do SINASEFE

Temário

“Nenhum direito a menos: por uma educação libertadora e emancipadora” foi o tema aprovado para o fórum.

cipadora” foi o tema aprovado para o fórum.

Caráter

Nosso próximo CONSINASEFE terá caráter estatuinte, sendo possível alterar o Estatuto da nossa entidade a partir das deliberações do evento.

Divulgação

Já começamos a divulgação inicial do fórum. Inscreva-se no evento público do Facebook com todas as informações do evento:



Em breve serão definidos os elementos mais centrais da publicidade do evento, como cartazes e a identidade visual oficial do 31º CONSINASEFE.

31º CONSINASEFE

**“Nenhum direito a menos:
por uma educação libertadora
e emancipadora”**

18 a 21 de maio de 2017 | Salvador-BA